

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
AÇÃO CLIMÁTICA

Exma. Senhora
 Dr.ª Catarina Gamboa
 Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de
 Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
 Palácio de São Bento
 1249-068 Lisboa

 SUA REFERÊNCIA
 2634

 SUA COMUNICAÇÃO DE
 25-10-2019

NOSSA REFERÊNCIA

 DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 2919/XIII/4ª, de 25 de outubro de 2019, PEV
 Descida abrupta das águas do Tejo Internacional**

Em resposta à Pergunta n.º 2919/XIII/4ª, de 25 de outubro de 2019, formulada pela Senhora Deputada Heloísa Apolónia e pelo Senhor Deputado José Luís Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

1. Que caudais mínimos foram assegurados, no mês de setembro e início de outubro, no troço internacional do rio Tejo, entre as Barragens de Alcântara e Cedillo?

O troço entre as barragens de Alcântara e Cedillo insere-se na sua totalidade na albufeira de Cedillo, cuja gestão está atribuída a Espanha, pelo que não cabe às autoridades portuguesas pronunciarem-se sobre os caudais circulantes neste troço.

A avaliação do cumprimento da Convenção de Albufeira é efetuada para os caudais mínimos verificados a jusante da barragem de Cedillo.

2. Considera o governo português que a Convenção de Albufeira, está a ser cumprida por parte do Estado espanhol, nomeadamente no rio Tejo e em particular no período em causa?

Para o ano hidrológico 2018/2019, que terminou no final de setembro, o regime de caudais mínimos definido para a Bacia Internacional do rio Tejo no Protocolo Adicional da Convenção de Albufeira foi cumprido nos valores anuais, trimestrais e semanais.



Para os primeiros meses do ano hidrológico 2019/2020 aguarda-se o envio dos dados da estação espanhola de controlo definida na Convenção, que serão enviados em janeiro após a conclusão do primeiro trimestre do ano hidrológico em curso.

3. A confirmar-se que a APA tomou conhecimento no dia 9 de setembro da libertação de um grande volume de água através da barragem de Cedillo, por que motivo a população e agentes económicos abrangidos pelo Tejo Internacional não foram notificados de tal ocorrência, em particular os pescadores e operadores turísticos?

Confirma-se que, apesar dos baixos níveis de armazenamento nas albufeiras, as autoridades espanholas manifestaram a sua firme intenção em cumprir todos os regimes de caudais estabelecidos na Convenção para a bacia do Tejo.

Contudo, a APA não tinha conhecimento que a opção de Espanha para dar cumprimento ao volume anual integral estabelecido na Convenção de Albufeira passava por esvaziar a barragem de Cedillo sem qualquer compensação de descargas a montante, deixando a foz do rio Pônsul no seu regime natural (sem o efeito de regolfo da albufeira de Cedillo).

No dia 9 de setembro, quando Espanha informou Portugal da necessidade de cumprir a Convenção de Albufeira à custa da descida da cota na barragem de Cedillo, Portugal solicitou informação sobre o planeamento dessa operação de descarga. Foram várias as interpelações quer com a Direção-Geral das Águas quer com a Confederação Hidrográfica do Tejo, tendo sido enviada a 24 de setembro uma nota onde se fazia uma avaliação da situação crítica que se estava a verificar, na sequência da decisão de fazer cumprir o regime mínimo de caudais apenas à custa dos volumes armazenados em Cedillo, sem compensar através de Alcântara para evitar uma descida tão abrupta.

Não foi obtida uma resposta clara, considerando-se prejudicial a opção do esvaziamento da barragem de Cedillo ao nível da gestão integrada dos recursos hídricos, face às consequências ao nível da qualidade e dos usos da albufeira.

4. Que mecanismos detém o Estado Português para alertar e coordenar com as autoridades locais, agentes económicos e populações, ocorrências deste tipo por forma a que sejam asseguradas a proteção das populações e dos seus bens?

Portugal tem mecanismos estabelecidos para fazer face a fenómenos extremos de secas e inundações. Porém, o que se verificou no ano hidrológico 2018/2019 não tem precedente, pois, analisando o histórico desde 2008 constata-se nunca se ter atingido uma situação em que o diferencial do escoamento acumulado em junho para o caudal integral anual definido na Convenção tivesse uma diferença tão significativa, apesar de Espanha ter cumprido os regimes de caudais semanais e trimestrais. Para Espanha cumprir o

caudal anual teve que realizar uma descarga significativa em Cedillo com o consequente abaixamento do nível da água na albufeira.

Por outro lado, a origem de água para abastecimento público à cidade de Cárceres é a albufeira de Guadiloba, que tem uma capacidade máxima de 21 hm³. Para evitar a rotura de abastecimento em anos de menor pluviosidade e de seca prolongada, existe uma ligação à albufeira de Alcântara, cuja operação de abastecimento está condicionada à manutenção do nível da albufeira na cota 194. Esta situação limitou a possibilidade de descargas em Alcântara para compensar as de Cedillo já que, desde setembro, o nível da água estabilizou-se naquela cota.

Atendendo às tendências de decréscimo da pluviosidade e escoamento e à sua grande variabilidade sazonal e plurianual, Portugal e Espanha têm que reforçar os mecanismos de acompanhamento desses fenómenos, bem como de articulação dos procedimentos de comunicação com as autoridades locais, agentes económicos e populações para evitar ou pelo menos minimizar os seus impactes.

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., através da ARH Tejo e Oeste e da sua divisão regional (Divisão do Tejo Interior), sediada em Castelo Branco, e com um Pólo em Portalegre, tem vindo a desenvolver uma atuação de proximidade, em articulação com as autoridades e entidades locais, nomeadamente Autarquias, GNR/SEPNA, ICNF, e corporações de bombeiros, entre outros.

5. Que medidas o governo português tomou, sobretudo junto de Espanha, no sentido de evitar que tal atentado ambiental se verificasse no Tejo Internacional e seus efluentes?

Tal como já foi referenciado no ponto 3, Portugal solicitou informação sobre o planeamento dessa operação de descarga, de forma a evitar uma descida tão acentuada face à cota que em regra esta albufeira se encontra.

Foram, entretanto, encetadas conversações a nível ministerial entre os dois países, tendo vindo a verificar-se um aumento substancial, durante o mês de novembro, dos níveis de Cedillo, que subiram já cerca de 12 metros à data de 28 de novembro na cota 108 m, sendo o compromisso de Espanha chegar a 10 de dezembro à cota de 110 m, de forma a garantir a regularização do volume de água nos braços da albufeira nos rios Pônsul e Sever.

No âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC) encontra-se agendada, para 4 de dezembro de 2019, uma reunião do Grupo de Trabalho sobre a Qualidade da Água no rio Tejo na qual será analisada a situação relativa ao regime de caudais na bacia hidrográfica luso-espanhol e avaliadas as medidas necessárias para promover a melhoria da qualidade da água nas massas de águas transfronteiriças.



É neste contexto que se pretende aprofundar a Convenção de Albufeira, no sentido de garantir uma distribuição de caudais mais equilibrada e consentânea com as necessidades ambientais, tentando que a soma dos valores mínimos trimestrais se aproxime mais do valor anual global.

Sem prejuízo de se continuar a insistir com as autoridades de Espanha visando a ponderação dos regimes de caudais estabelecidos no Tejo, estão já a ser realizados estudos pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. para avaliar as disponibilidades existentes e futuras face aos efeitos associados aos cenários das alterações climáticas. Com estes estudos pretende-se também avaliar as interligações entre os diferentes sistemas já existentes, tornando-os mais resilientes, bem como os locais com potencialidade para criar novas albufeiras que permitam a regularização do regime de caudais do rio Tejo. Um dos aspetos que será avaliado é a sustentabilidade ambiental e viabilidade de armazenamento de água no rio Ocreza, de forma a garantir opções viáveis e que aumentem a resiliência da bacia a situações de seca prolongada, sem prejuízo da necessidade de se continuar a apostar numa maior eficiência na utilização da água e na sua reutilização.

6. Tem o Governo contabilizado os impactes ambientais, económicos e sociais desta descida abrupta de caudais e nível na barragem de Cedillo e bacia dos rios Pônsul e Sever?

A descida de um volume tão significativo em tão pouco tempo teve consequências, em termos dos usos existentes, tanto na parte portuguesa como espanhola da albufeira. Apesar desta descida acentuada ter penalizado a paisagem e as condições ambientais para os ecossistemas aquáticos diretamente dependentes da presença da albufeira de Cedillo e inviabilizado a navegação e a atividade piscatória, a Agência Portuguesa do Ambiente I.P., acompanhada da GNR/SEPNA, fez, neste período, diversas deslocações ao rio Pônsul e à albufeira de Cedillo, não tendo sido verificada mortandade de peixes.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

João Carlos Silva

Ana Cisa

CG/JP